DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA: TRABALHO FAMILIAR DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NA ZONA CANAVIEIRA SERGIPANA.*

HÉLIO MÁRIO DE ARAÚJO**

1 - INTRODUÇÃO

No desenvolvimento dos estudos sobre a agricultura brasileira, são diversas as concepções e visões da realidade agrária, onde as várias formulações teóricas vão desde a polêmica da existência de relações feudais na formação social brasileira, até o novo enfoque que envolve a agricultura e sua dependência em relação à produção industrial, formando o chamado complexo agro-industrial. Por outro lado, não se pode esquecer que o desenvolvimento científico e tecnológico tornaram dinâmicas as atividades agrícolas dos últimos anos, alterando, dessa forma, seus padrões tradicionais. Mas, apesar desse acentuado avanço tecnológico, verifica-se que a agricultura ainda se constitui numa das atividades mais complexas da superfície terrestre e o homem, apesar de com ela conviver há milhares de anos, ainda não conseguiu controlá-la inteiramente. Este fato cria a necessidade de estudos mais evidentes, a fim de se averiguar não somente a intensidade das mudanças ocorridas, como também de examinar questões específicas existentes no seu âmago, como, por exemplo, o campesinato em alguns dos seus aspectos básicos. Diante disso, justifica-se analisar o campesinato sob a ótica da agricultura de subsistência, bem como a importância da sua força de trabalho no processo histórico da economia brasileira e sergipana, considerando-se que, nos últimos anos, tem sido este um dos temas mais desenvolvidos por parte de estudiosos das ciências sociais e humanas.

Em Sergipe, a área canavieira por excelência é representada pela Cotinguiba, que sempre se caracterizou pelo predomínio de grandes propriedades, onde a maior parte das terras agricultáveis concentra-se nas mãos de poucos. De forma contrária, constata-se que a menor porção está em poder de muitos, isto é, de inúmeros pequenos e médios proprietários distribuídos nos municípios que a integram.

---

* Resumo da dissertação de Mestrado em Geografia apresentada ao núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS, 1991.

** Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

A porção sergipana da zona canavieira apresenta duas áreas onde o comportamento é diferenciado. A primeira delas é composta de diversos municípios onde a cana-de-açúcar historicamente sempre esteve presente, tendo inclusive, sido local de diversos engenhos e pequenas usinas. Na segunda área está ocorrendo a expansão da lavoura canavieira, principalmente, nos municípios de Pacatuba, Neópolis e Japoatã.

A atividade agrícola, se a considerarmos sob o ponto de vista da pequena produção, tem como característica o tradicionalismo, encontrando na modernização fortes obstáculos. Nas grandes propriedades vamos encontrar um tipo de agricultura modernizada que difere da existente na pequena propriedade, pois, condicionada pela presença do capital, a modernização somente é possível de ser efetivada pelos grandes proprietários detentores do poder econômico e com maior facilidade de acesso aos financiamentos, ficando os pequenos proprietários com estas chances reduzidas, muitas vezes porque suas diminutas áreas não preenchem as exigências bancárias para garantir o financiamento necessário.

A agricultura de Subsistência e o Trabalho Familiar de Pequenos Produtores Rurais na Zona Canavieira Sergipana, tema central deste trabalho, tem como objetivo geral estudar o comportamento das pequenas unidades camponesas com até 50ha. Dentro desta perspectiva, ao priorizarmos alguns dos aspectos mais importantes do campesinato local, optamos pelo aprofundamento de determinadas características "internas" desse tipo de economia, tais como: trabalho e propriedade da terra, organização e conscientização do trabalhador rural, crédito rural e comercialização dos gêneros alimentícios excedentes, aspirações e intenções do camponês, bem como aspectos referentes às suas condições de vida, e principais políticas agrícolas introduzidas na área.

Como se trata de um trabalho inédito, pioneiro na área de estudo no âmbito da ciência geográfica, a avaliação aqui feita torna-se ainda mais importante e mesmo necessária, pois poderá oferecer subsídios para possíveis reformulações de metas parciais e de estratégias, de acordo com as necessidades decorrentes de mudanças da realidade, muitas vezes fruto da própria execução do planejamento.

2 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

2.1 - REVISANDO A LITERATURA

Sem pretender esgotar todo o conteúdo referente aos problemas enfrentados pelo camponês no cotidiano, diríamos que uma discussão preliminar aqui será feita de forma suscinta, considerando que muita coisa já tem sido escrita a respeito.

Para tanto, à luz da interpretação feita por LOVISOLO[1] (antropólogo) a respeito do modo de produção camponesa, buscaremos em Chayanov e Marx e, posteriormente em outros pensadores, mostrar como as unidades de produção familiar na agricultura têm sido analisadas.

Para Chayanov, o funcionamento da unidade camponesa opera num balanço entre a avaliação subjetiva do esforço e os retornos. Tanto os esforços quanto os retornos aparecem codificados socialmente. A unidade para se reproduzir precisa de uma quantidade de bens (retornos), os quais, por sua vez, exigem para sua produção o esforço dos membros da unidade familiar, de acordo com sua composição (sexo e idade). Esforços e retornos compõem curvas que se cortam num ponto de equilíbrio e qualquer modificação introduzirá a procura de um novo ponto de equilíbrio. Dado que os retornos estão estabelecidos socialmente (o consumo necessário da família produtora), um aumento nos preços da produção pode determinar uma diminuição do esforço. Pelo contrário, uma baixa nos preços da produção pode determinar um aumento de esforço para que se alcancem os retornos necessários para a subsistência. Mas, o aumento do esforço tem um limite (sua "rentabilidade" é decrescente) a partir do qual a unidade pode regredir a uma agricultura de auto-subsistência. Evidentemente, tal regressão deve estar de alguma forma limitada, caso contrário conduziria a uma não-sociedade.

O mecanismo de Chayanov explicaria então a não-acumulação ainda no caso em que, por existência de renda diferencial, ou por preços favoráveis, tais processos de aceleração poderiam ser produzidos. Todo mecanismo sustenta-se, de alguma forma na concepção do consumo necessário como fixo, isto é, invariável.

No tratamento da propriedade parcelar, Marx procura demonstrar (em "o capital", no corpo de sua "Gênese da Renda Capitalista da Terra") a impossibilidade de acumulação. Para fazê-lo, realiza uma comparação entre a produção capitalista na agricultura e a produção parcelar. Na primeira, o produto gerado é distribuído em três categorias: salário, renda e lucro, ou lucro médio. Estas duas últimas categorias correspondem à distribuição, entre proprietários de terras e capitalistas, da mais-valia gerada no processo produtivo. A existência de acumulação dependeria da existência da renda e do lucro ou do lucro médio. Em sua ausência, a acumulação seria impossível e é esta a situação, para Marx, da propriedade parcelar.

Na propriedade parcelar o baixo nível de produtividade determina tanto a não-acumulação, quanto o baixo preço-relativo-do produto em relação a seu valor. Valor que é alto enquanto é baixo o nível de produtividade na propriedade parcelar. Este valor por ser produzido nas condições mais desfavoráveis, não entra nem na regulação dos preços de produção nem na formação do valor.

No contexto intelectual brasileiro, a tese da funcionalidade da produção das unidades familiares para a acumulação capitalista tem sido enunciada e trabalhada por diferentes autores. Para NETO[2], com o processo de transformação da agricultura, os camponeses, cuja principal determinação da produção é o consumo próprio da família trabalhadora levando ao mercado apenas o excedente da produção, vão dando lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro são condicionantes fundamentais do processo de produção - ou, então, os agricultores de subsistência dão lugar a empresas familiares que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, ou seja, produzem mercadorias.

É evidente que a agricultura camponesa, no entender de AMIN[3], constitui-se, em conseqüência não num resíduo pré-capitalista, mas numa forma recriada pelo capitalismo moderno, a ele articulando-se de modo exemplar. A agricultura camponesa atual não se constitui numa esfera não capitalista. Ela apresenta, simplesmente, o insólito aspecto de um capitalismo sem capitalistas. Neste ponto, parece-nos, em parte, incomum a opinião desse autor, em relação à de CARVALHO, quando este afirma que é como agente de uma relação social de produção pré-capitalista que o camponês deve ser entendido. Relação social de produção pré-capitalista no sentido intermediário de transição. Isto é, composta pela articulação de elementos inerentes à relação de proletarização e de outros inerentes à relação de não proletarização.

Em resumo, são as seguintes as características da agricultura camponesa no Brasil, citada por CARVALHO[4]:

a) grande participação no mercado;
b) policultura;
c) tecnologia rudimentar;
d) mão-de-obra geralmente familiar (apresentando polivalência);
e) pequena área total da unidade;
f) pequena utilização do capital;
g) o responsável geralmente reside na área ou próximo à unidade produtiva; e
h) ausência de burocracia.

Enfim, em seu estudo sobre as populações rurais brasileiras, JÚNIOR, citado por CARVALHO[5], ao se referir aos camponeses assim se expressa: "*... o nível de vida é baixo, deficiente quanto aos aspectos de utensílios, moradias, vestuário e alimentação. Este grau de pobreza, embora não chegue ao pauperismo, indica uma carência dos melhores recursos, por sua própria condição cultural o trabalhador não sente essa deficiência*".

O autor chama a atenção para o baixo nível de vida desse trabalhador e aborda um outro aspecto novo até aqui: o baixo nível cultural deste, que o impede de se aperceber das contradições e deficiências que o envolvem.

Além disso, são ainda características dos camponeses:

- maior autonomia na disposição de sua força de trabalho, em comparação ao assalariado;
- subordinação econômica, social e política e outras categorias rurais ou urbanas;
- dependência em relação aos centros urbanos;
- direção dos trabalhos realizados pelo chefe da família;
- relativa capacidade e autonomia na combinação dos fatores de produção; e
- trabalho familiar coletivo, pouca divisão do trabalho dentro da unidade produtiva.

É interessante notar que algumas dessas características podem também pertencer a outras categorias. Mas, no seu conjunto, elas definem apenas o camponês.

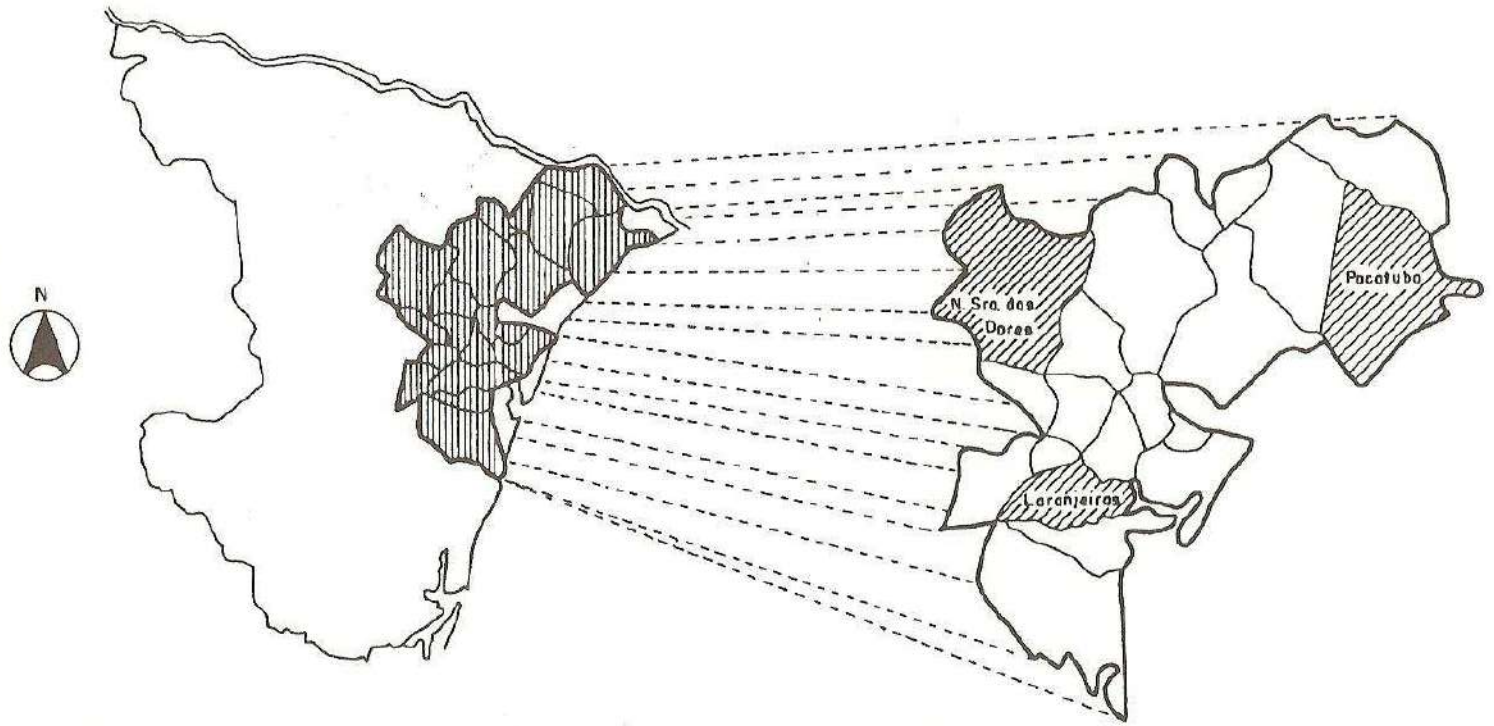
2.2 - METODOLOGIA OPERACIONAL

Para o estudo da agricultura de subsistência na zona canavieira sergipana e de modo particular do campesinato, uma gama muito variada de fatores precisou ser levada em consideração. Para tanto, com base no esboço teórico e nas suposições levantadas, procuramos atingir os objetivos desse trabalho através da utilização de distintos procedimentos. As técnicas de pesquisa e as formas de abordagem utilizadas são aquelas comumente usadas nas investigações de natureza geográfica e ciências afins, com trabalhos de gabinete, compreendendo a utilização de levantamentos e estudos já realizados, análise de material bibliográfico, e de dados estatísticos, bem como, de trabalhos cartográficos existentes.

O levantamento de informações através de trabalho de campo, consistiu na aplicação de questionários, realização de entrevistas e viagens de reconhecimento à área de estudo. Com essas informações levantadas de fontes primárias e secundárias, foi feito um estudo da pequena produção agrícola na zona canavieira sergipana, e das mudanças ocorridas na organização do seu espaço, nas áreas que diretamente sofreram a intervenção do Estado.

Devido à grande abrangência da área de estudo, que necessitaria de um trabalho de campo exaustivo, e levando-se em consideração a variável "tempo", selecionamos apenas três, dos vinte municípios canavieiros, (fig. 01) sem perdermos de vista a noção do todo, para desenvolvermos especificamente o trabalho de campo: Laranjeiras (tradicional produtor de cana-de-açúcar do estado, cujos dados apontados,

FIGURA I
ÁREA DE ESTUDO



ELABORAÇÃO: Hélio Mário de Araújo

segundo estudos pioneiros realizados, mostram a sua forte participação na produção de cana-de-açúcar em todas as décadas). Nossa Senhora das Dores (localizado na zona de tabuleiros do Estado, o qual, desde 1980, vem apresentando dinamismo na produção de cana-de-açúcar); e Pacatuba (como área mais recente da expansão da cana-de-açúcar, em relação aos outros dois municípios citados, tem apresentado, de 1985 para cá, excelentes resultados em termos de produtividade).

Os questionários, instrumentos úteis para investigação da realidade, foram aplicados mediante uma amostra representativa da população camponesa com propriedade agrícola nos três municípios anteriormente citados. Tendo sido constatado um total de 3.983 estabelecimentos agrícolas para os municípios, possuindo Nossa Senhora das Dores o maior percentual, foi determinada uma amostra de 150 unidades, segundo o método de Krejcie e Morgan, citado em GERARDI e SILVA[6]. Devido a homogeneidade do campesinato local, e à constante ocorrência de repetição das informações verificadas durante a realização do trabalho de campo, foi possível reduzir o tamanho da amostra para 50 unidades, sem prejuízo do grau de confiabilidade estimado pelo citado método.

Buscando a complementação dos assuntos para atingir a temática em sua globalidade, elaboramos as entrevistas com roteiro pré-determinado, conforme o tipo de informante, e as submetemos a uma amostragem, totalizando a realização de 15 entrevistas, escolhidas de forma intencional, sendo aplicadas a técnicos de entidades públicas que atuam na área, trabalhadores mais antigos e recentes, comerciantes e outros que se mostraram importantes como fonte de informação.

A discussão teórica da questão do campesinato para embasamento do estudo, bem como de outros temas aqui analisados baseou-se na leitura de farto material bibliográfico, cuja investigação foi feita através da colaboração de diversos órgãos da administração pública direta e indireta.

Com o intento de aperfeiçoar os instrumentos e a abordagem metodológica, fizemos a análise de dados obtidos principalmente nos Censos Agropecuários de 1960, 70, 75, 80 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 85, priorizando inclusive os 17 municípios restantes, para os quais não realizamos trabalho de campo. Portanto, em face da mudança de metodologia utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na operacionalização dos Censos Agropecuários de um decênio para outro, recorremos a unidades mínimas de comparação, devido à restrição de alguns dados às vezes ausentes no Censo Agrícola de 1960. A fim de que houvesse uma melhor compreensão dos dados detectados, foram extraídos percentuais e, através do apoio cartográfico, elaborados gráficos, tabelas, cartogramas, que integraram o trabalho final.

3 - A AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E O TRABALHO FAMILIAR DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

3.1 - RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

Desde os inícios do século XVII, quando o elemento colonizador começou a reivindicar as terras centro-litorâneas do território sergipano, as vantagens que os ricos vales formados principalmente pelo rio Cotinguiba ofereciam à agricultura, em especial à cultura da cana-de-açúcar, foram claramente percebidas. Seu solo constituía-se "... de ricas terras de massapé (...) a lavoura canavieira aí se desenvolvia, sem necessidade de constante renovação ou de técnicas que sacrificassem a sua ocupação, por longos períodos"(7). Dessa forma, associava-se a essas vantagens, a localização geográfica pelo fato de ser a bacia hidrográfica do Cotinguiba a melhor via de comunicação para o mar que a província dispunha. Porém, "... a abertura de canais (...), ligando os grandes rios entre si, (...) significava perspectivas de fácil comunicação entre as regiões litorâneas de Sergipe e a Província da Bahia, para onde continuava a ser enviada a maior parte dos nossos produtos"(8).

Os primeiros colonizadores a desbravarem a área foram os portugueses, que se instalaram nos vales no Século XVII e logo desenvolveram a atividade de plantio da cana-de-açúcar. O progresso econômico da zona canavieira entre outros fatores deveu-se "... à presença da mão-de-obra escrava oriunda do continente africano"(9). Desenvolveu-se uma civilização tipicamente fundamentada na monocultura canavieira e na produção de açúcar (...) os latifúndios tornaram-se uma constante na paisagem rural, ocupando grandes extensões de terras.

No tocante a esse fato, uma análise mais acurada da lavoura canavieira nos faz perceber que esta era a maior fonte de recursos da Província, e sua maior riqueza concentrava-se fundamentalmente nos municípios de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário do Catete. Pois "... somente nesses quatro municípios estavam reunidos 306 engenhos, quase a metade do número total da província"(10). Todos localizados no rico vale servido pelo estuário do Cotinguiba. No dizer de ALMEIDA(11), aí erguia-se "... a maior quantidade de engenhos, e a fertilidade dos terrenos levava suas fábricas a alcançar em 3/4 da produção de açúcar de toda Província".

Um fato a ressaltar é que não era o açúcar o único produto extraído da cana. No mapa de exportação da Província, no exercício 1855-1856, a aguardente alcançou um valor bastante considerável, ocupando o segundo lugar como o seu produto mais rentável. Essa aguardente era fabricada nos 129 alambiques existentes na Província, dos quais 16 localizavam-se em Laranjeiras, perfazendo a Cotinguiba um total de 53.

Além da cana-de-açúcar, a faixa agrícola de Sergipe estava ocupada também pelo plantio de lavouras alimentícias. Nos próprios engenhos, a preocupação com a alimentação do grupo humano ali existente e com a escravatura, em particular, levava à reserva de áreas, para o plantio de mandioca e de alguns cereais. Fora dos engenhos, "... todos os municípios declararam possuir sítios e roças onde se praticava o cultivo da mandioca, feijão, milho, arroz etc."[12].

Com a fixação do colonizador no território sergipano, após a vitória de Cristóvão de Barros sobre os indígenas que ali habitavam, logo se iniciou o plantio das "culturas de subsistência", conforme atestam os pedidos de concessão de sesmarias. Sob a denominação de "(...) 'mantimentos', 'lavouras', 'roças', desenvolveram-se as primeiras plantações de mandioca, milho, arroz, legumes e criação de aves, na maioria dos casos associados à expansão dos rebanhos" [13]. Servindo-lhes de complemento, inicialmente essas lavouras expandiram-se pelos vales férteis do rio Cotinguiba, dentre outros. O desenvolvimento dos canaviais iria empurrando-as para áreas semi-úmidas. Atendendo de início ao consumo local, à medida, porém, que foram surgindo os engenhos e os núcleos urbanos, esses produtos agrícolas passaram a abastecê-los"... ao mesmo tempo que eram exportados para as colônias africanas, especialmente Angola e Costa da Mina, servindo para o comércio de escravos. Também destinavam-se à alimentação nos navios portugueses que zarpavam da Bahia"[14].

Ainda sobre as culturas de subsistência, NUNES(15) em seu livro "Sergipe Colonial I" mostra que tais culturas se tornaram importantes para a ocupação das regiões interioranas do Agreste, intermediárias entre a zona da mata e a caatinga. Consultando outras fontes históricas (SALOMÃO[16], ALMEIDA[17]) que de forma direta ou indireta se referem a área de estudo e ao tema ora abordado, notamos que a ocupação do interior sergipano, da maneira como se refere NUNES, foi feita na base da pequena propriedade, cultivada por colonizadores que dispunham de poucos recursos e que, geralmente, se localizavam às margens dos latifúndios, ocupando de preferência os espaços menos providos de recursos naturais ou que apresentavam dificuldades de transporte. Os povoadores destas áreas "... eram aqueles que dependiam de apoio militar dos poderosos mas que constituíam as forças que garantiam defesa do território contra os indígenas e estrangeiros" [18].

Dentre as plantas cultivadas, destacou-se a mandioca. Tubércula conhecida e utilizada pelos indígenas, dela existem muitas variedades, sendo algumas comestíveis como a macaxeira ou aipim, enquanto outras servem, exclusivamente, para a fabricação de farinha porque contêm ácido cianídrico, venenoso, só eliminado quando vai ao fogo. Todos os cronistas coloniais se referem à sua importância na alimentação da população do Brasil Colônia, estendendo-se o seu uso aos tripulantes das embarcações que saíam de seus postos. Constituiu-se na base fundamental em que, podemos dizer, se apoiava a subsistência do Brasil e, muito especialmente, das capitanias do norte.

ALMEIDA [19], ao realizar o estudo intitulado "Estrutura de Produção: A Crise de Alimentos na Província de Sergipe (1855-1866)", deixa bastante evidente que no tocante à produção das lavouras alimentícias plantadas na antiga área tradicional da cana-de-açúcar, Rosário do Catete, em aproximadamente 100 sítios plantava-se feijão, milho, arroz, mandioca e também fumo, café, mamona, amendoim e algodão. Satisfaziam o consumo local, e um pequeno excedente ia para o mercado de Maruim. Já em Divina Pastora, produzia-se mandioca, feijão e milho. Estes produtos não só eram consumidos pela população, como iam abastecer os mercados vizinhos de Maruim, Laranjeiras e Capela. Este último contava com inúmeros sítios nos quais se cultivava (além da cana) mandioca e feijão. As sobras de consumo eram levadas para Maruim, principalmente.

Ao grupo dos que produziam somente para o abastecimento de sua população, pertenciam os municípios de São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Maruim etc. Em São Cristóvão, os cereais plantados em 205 sítios não bastavam para o consumo da população, pois em grande número deles plantava-se a cana. A produção da farinha de Santo Amaro das Brotas estava calculada em 10.000 alqueires, mas só satisfazia à sua gente. Laranjeiras colhia cereais em volume muito inferior ao da cana-de-açúcar; não dava para o consumo. Enquanto que em Nossa Senhora do Socorro, os cereais de alguns dos seus 26 sítios eram para o consumo; o feijão e o milho alcançavam 500 alqueires; também plantavam o algodão e a mamona. Por outro lado, os cereais plantados por pessoas menos abastadas, em roças e sítios de Maruim, somente davam para o consumo. A maioria desses produtos era obtida nas pequenas propriedades geralmente chamadas "sítios" ou em áreas das propriedades canavieiras.

No que tange às culturas subsidiárias, constatou-se também que para a concessão de terras para o seu cultivo exigia-se a "... obrigação de se cultivarem gêneros alimentícios desde o primeiro ano de concessão: Nem sempre se verificou o cumprimento desse preceito". Quando os centros urbanos começaram se constituir em maior número, foram tomadas providências que levam os proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos que garantam a subsistência da população concentrada nos engenhos.

Divina Pastora sempre teve uma expressiva produção de cana-de-açúcar. Em 1861, somente repartia a exclusividade de seu cultivo com a mandioca, plantada só para subsistência porque os proprietários de cana possuíam quase todos os terrenos.

Em síntese, partindo dos dados até aqui expostos, poderemos reunir os municípios canavieiros produtores de cereais em dois grupos: os que produziam um excedente de alimentos que servia aos maiores centros urbanos da Província de Sergipe (Rosário do Catete, Divina Pastora, Capela), e os que produziam somente para o consumo de sua população (São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas, Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro). Sendo marginais as terras deixadas para o plantio das culturas alimentares, os resultados sempre foram muito baixos.

Se, para o próprio setor exportador formador de capitais, o trabalho agrícola era rudimentar, naqueles sítios e roças os únicos instrumentos utilizados eram a enxada, a pá e a foice. "...não sabemos de nenhum esforço de transformação desse quadro. A tentativa de buscar métodos diferentes e mais rentáveis de cultivo (...) ou a introdução de instrumentos mais possantes como a charrua aconteceram na grande lavoura"[20]. Para os pequenos camponeses plantadores, o esforço de cultivo era grande, mas os rendimentos muito reduzidos. Em terrenos menos férteis e dispondo de atrasados instrumentos, sem adubos nem produtos de defesa, sujeitos às chuvas excessivas, dificilmente o agricultor conseguia uma safra compensadora. Não lhe sobravam recursos para tentar a renovação tecnológica.

Pouco a pouco, pela indisponibilidade de cada um dos setores e pela própria natureza do solo e clima, foi-se definindo a área de domínio de cada atividade. As zonas de maiores fertilidade e aptidão para a cana-de-açúcar afastaram toda e qualquer oportunidade de nelas se constituírem fazendas de gado e deixaram muito pouca terra para os cultivos alimentícios, insuficiente para alimentar uma população crescente.

3.2 - OBSTÁCULOS QUE INIBEM A EXPANSÃO DAS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA

Na zona canavieira sergipana, a cultura dominante é a cana-de-açúcar, enquanto as outras culturas consideradas como de subsistência ocupam as terras rejeitadas por ela, ora por suas condições de clima e solo, ora por sua localização geográfica, ora muito raramente, pela opção dos proprietários e até mesmo pela própria determinação do capital. A cana-de-açúcar, cuja importância deriva de condições históricas, sempre foi cultivada nas melhores terras, sendo a maior parte de sua produção destinada à exportação. Como bem afirma ANDRADE[21], tratando da relação entre esse produto e as lavouras alimentícias, à proporção que o capitalismo evoluiu de suas formas mercantis para a monopolista, permitindo a ampliação da capacidade produtiva das usinas e a expansão dos canaviais, tais lavouras foram dispondo cada vez mais de menores espaços para ocupar, e o abastecimento passou a ser feito com produtos vindos de outras áreas, em função da implantação de uma dinâmica rede de transportes.

Um fato digno de reflexão ao se analisar uma questão como esta é o processo de expansão da cultura da cana-de-açúcar feito de forma acelerada no último decênio, fazendo surgir na área em foco e no Estado de Sergipe, novas áreas de expansão que se incorporaram às já existentes, trazendo como conseqüência desse processo de avanço um acentuado recuo das principais culturas de subsistência, que mesmo cultivadas num espaço ínfimo de terra, ainda continuam sendo o sustentáculo básico de vida do

camponês. Pois, sendo marginais as terras deixadas para o plantio das culturas alimentares, os resultados sempre foram muito baixos, em detrimento de uma menor fertilidade dessas terras e da pouca tecnologia utilizada.

MARTINS[22], analisando a retomada da lavoura canavieira ocorrida após duas crises entre 1920 e 1970, afirma que "... enquanto o período referido se caracterizou na Cotinguiba pela expansão das terras utilizadas com pastagens, como também por um crescente aumento das áreas (...) utilizadas com os cultivos alimentícios básicos (...) a fase que ora se inicia, de retomada da cultura canavieira, em novas bases técnicas coincide com o início de retração, na Cotinguiba, das áreas ocupadas com os cultivos tradicionais de subsistência como o milho, feijão e a mandioca, o mesmo ocorrendo com a produção e consequentemente com a produtividade".

Assim, para o município de Maruim, especificamente, tais cultivos apresentaram o mesmo comportamento, com exceção do feijão que, mesmo tendo conhecido um grande aumento de área plantada e um relativo crescimento da produção, não apresentou aumento de produtividade, significando, portanto, a utilização de técnicas mais tradicionais de produção no trato deste produto.

A análise da evolução da área em estudo (produção e produtividade), feita com base em estudos já realizados, demonstra que uma maior atenção foi atribuída especialmente aos cultivos do feijão e do milho, que registraram um grande aumento no período entre 1970 e 75. Supõe-se que o elevado crescimento com o milho esteja associado com a crescente expansão da criação em todo o estado, não só por ser este cultivo utilizado na alimentação dos animais, como também por ser plantado, associado ao capim, em áreas que posteriormente seriam aproveitadas para pastagens. A mandioca, ao contrário do feijão e do milho, apresentou, para a zona canavieira, reduções de área, produção e produtividade. O decréscimo ocorrido neste período é entendido como "... um reflexo da ausência de um mercado seguro e de um racional sistema de comercialização"[23].

Estes acontecimentos indicam ter havido, a partir de 1970, principalmente para zona canavieira, um aumento do grau de especialização da agricultura, calcado no reflorescimento da cultura canavieira. Esta especialização sugere a presença de técnicas mais modernas de produção e o uso mais intensivo destas, que será responsável pelas mudanças ocorridas com as relações de trabalho no campo.

Além do desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar ser considerado um forte obstáculo à expansão dos cultivos de subsistência, um outro elemento que também deve ser levado em consideração é o fenômeno da pecuarização em conformidade com a pastaginização. Estudos mais recentes têm mostrado um acentuado grau de modernização

da pecuária em todo o Estado, devido, sobretudo, ao seu crescimento nas duas últimas décadas, e um crescimento da população bovina ainda inexpressivo para a região canavieira mesmo existindo a competição entre o boi e a cana [24].

Neste sentido, observa-se que a pecuária bovina também perde importância em face do avanço da cultura da cana-de-açúcar na área central de dominação da mesma, muito embora a pecuária continue a se expandir de forma ora mais acelerada, ora mais lenta, nas áreas marginais, muitas vezes ocupando o espaço reservado às culturas de subsistência que são comumente aquelas onde a cana-de-açúcar ainda não estabeleceu o seu domínio de forma integral. Diante disso, acredita-se que a tendência é de se acentuar o domínio da cana-de-açúcar, em face do seu poder de pressão em uma economia com o capitalismo em expansão, que dá forças ao grupo interessado na produção de açúcar e álcool para impor ao governo uma garantia de preços que cubra o custo de produção e os lucros mínimos necessários ao desenvolvimento e à manutenção das empresas.

Associada ao crescimento quase inexpressivo da pecuária local, deve-se também levar em consideração a expansão das áreas de pastagens muitas vezes incentivada para atender a própria atividade pecuarista. Essa expansão, ao mesmo tempo em que favorece a atividade pecuarista, desfavorece a pequena produção agrícola quando esta tem suas principais culturas impedidas de expansão. A esse propósito vale ressaltar que o período de maior expansão pastoril na referida zona correspondeu ao período de grande expansão dos cultivos alimentícios de consumo interno como o milho, feijão e mandioca, algo que parece ser contraditório, só que esse foi o período de estabilização da área cultivada com a cana-de-açúcar.

3.3 - OS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES

Dentre as culturas secundárias, a que apresenta maior expressão é a mandioca, encontrada em todos os municípios da região canavieira. Sua cultura destina-se, sobretudo, à produção de farinha, um dos alimentos básicos da população, feita desde os tempos coloniais por pequenos produtores e por moradores nas áreas que não eram utilizadas para a cultura da cana.

Cultivada desde o Século XVI, este cultivo já era feito pelo indígenas por ocasião do descobrimento, destinava-se à produção de alimentos, não tendo despertado nos proprietários e nos poderes públicos a mesma atenção e proteção que foi concedida à cana-de-açúcar. Daí a sua industrialização ser feita, até hoje, em grande

parte, em casas de farinha primitivas, movidas à tração manual e com raríssimas exceções movidas pela eletricidade, com ocorrência bastante comum no município canavieiro de Nossa Senhora das Dores.

Verifica-se também que ainda não se desenvolveram programas de beneficiamento e nem foi feita seleção de sementes mais produtivas, da mesma forma que também não foram destinados subsídios em larga escala para implantação de destilária de álcool que a utilizassem como matéria-prima, apesar de prevista a sua utilização pelo Proálcool.

Com base nos dados expostos na Tabela 1, percebe-se nitidamente que, depois da mandioca, destacam-se o milho, o feijão e a banana, dentre outros, como sendo os produtos agrícolas mais cultivados nas pequenas propriedades. Tais produtos, em termos percentuais, atingem respectivamente os seguintes valores: 66%, 58% e 54%. Por outro lado, estes produtos são de fácil adaptação ao solo, pois não exigem áreas muito férteis para o seu cultivo. Com exceção da banana, que é lavoura permanente, os outros dois produtos são lavouras temporárias, pois não exigem cuidados mais especiais para o seu cultivo, o que vem inclusive facilitar o plantio de forma consorciada, sendo que cerca de 90% dos camponeses desenvolvem essa prática.

Dentro dessa análise não se deve esquecer a importância do feijão, tendo em vista ser este um produto agrícola básico na alimentação da população em geral. Assim como o milho, o seu cultivo se processa durante alguns meses do ano. Na versão dos camponeses, o milho é cultivado no período que normalmente vai de março começando dia 19 - data em que se comemora a festa de São José - até os meses de junho-julho quando é feita a colheita. Este também é um produto muito importante na alimentação do camponês e da população em geral, tendo em vista a sua variedade de utilidades, pois além do cuscuz muito consumido por eles, faz-se outras variedades de comidas tais como: mingau, a canjica, a pamonha, o bolo etc., além de servir para a criação de galinhas.

É bastante comum os camponeses recorrerem aos postos da COMASE (Companhia Agrícola de Sergipe) para comprar sementes selecionadas, sendo portanto as mais procuradas as de milho, feijão, amendoim e maracujá.

Depois do sistema de cultivo consorciado, muito utilizado nas pequenas propriedades pelo camponês, uma outra forma de se cultivar a terra bastante presente na paisagem rural, é a rotação com pastagens. Embora esse sistema seja evidenciado nos pequenos estabelecimentos, ele é mais comum nas propriedades com mais hectares e onde também existe a criação de gado bovino. Em terceiro plano, sobressaem-se o sistema de rotação de cultivos e de pousio, ambos atingindo apenas 8% do total das propriedades entrevistadas.

TABELA 1
ZONA CANAVIEIRA SERGIPANA
PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS NAS PEQUENAS PROPRIEDADES
1991

Produtos	Lavouras Permanentes		Lavouras Temporárias	
	Total de Propriedades	%	Total de Propriedades	%
Amendoim	-	-	1	2
Abacaxi	2	4	-	-
Abacate	1	2	-	-
Banana	27	54	-	-
Batata Doce	-	-	2	4
Caju	5	10	-	-
Coco	11	22	-	-
Feijão	-	-	29	58
Fumo	-	-	1	2
Jenipapo	-	-	2	4
Goiaba	3	6	-	-
Inhame	-	-	3	6
Jaca	15	30	-	-
Laranja	3	6	-	-
Limão	1	2	-	-
Mandioca	-	-	34	68
Milho	-	-	33	66
Maracujá	4	8	-	-
Macaxeira	-	-	10	20
Melancia	-	-	1	2
Mamão	1	2	-	-
Manga	14	28	-	-
Pinha	-	-	1	2
Tangerina	1	2	-	-

Fonte: Levantamento amostral - 1991

Fato interessante é que, do universo das propriedades pesquisadas, menos de 1% desenvolvem a criação de animais além da lavoura.

Além dos produtos agrícolas analisados, destacam-se outros de menor importância: jaca, manga, coco-da-baía, macaxeira, inhame, batata doce, maracujá, laranja, caju, amendoim e melancia, dentre outros. No caso da jaca, manga e caju - que no dizer dos camponeses são culturas de "épocas" -, elas diferem das demais sob o ponto de vista econômico porque somente proporcionam lucro uma vez por ano, no período de safra.

É interessante observar que na alimentação rotineira do camponês, o inhame, a macaxeira e a batata doce são produtos bastante consumidos. Outro fato também interessante é que a cultura do coco-da-baía se faz presente em 22% do total de propriedades pesquisadas e, apesar da zona canavieira apresentar no cômputo geral uma produção quase expressiva, ANDRADE[25] deixa claro que esta cultura está em recuo, muito embora o Estado disponha de uma certa infra-estrutura industrial que atende ao beneficiamento da produção agrícola, tornando-se exportador de uma série de produtos para os estados vizinhos e para o sul do país.

3.4 - COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS EXCEDENTES

Vivendo numa situação de dependência econômica e necessitando muitas vezes de vender parte da mercadoria que produz para comprar os produtos básicos de que necessitam, os camponeses são forçados a comercializar parte de sua produção, isto é, o excedente, submetendo-se sempre a preços muito abaixo do montante gasto para produzi-la. Neste sentido, ANDRADE[26] mostra que o pequeno produtor rural, seja ele de qualquer parte do país, estará sempre em desvantagem toda vez que vender o excedente de sua produção pois, sendo dependente do capital financeiro ou industrial não dispõe de poder de barganha.

A comercialização dos produtos agrícolas excedentes tem sido uma constante para o camponês local e tem se processado de forma intensa, pois cerca de 74% dos pequenos produtores entrevistados desenvolvem essa prática, normalmente. Como a produção e a produtividade não são elevadas em face do pouco ou quase nenhum investimento de capitais no setor agrícola, apenas o que chega ao mercado para venda é uma ínfima parte que sobra do montante produzido. Por outro lado, embora seja uma maioria que tenha a tradição da comercialização, vamos encontrar uma parcela dessa leva de trabalhadores rurais, totalizando 9%, que nem sequer consegue vender o que produz. A pesquisa de campo mostrou muito bem que nessas unidades familiares a produção obtida é às vezes suficiente para a sustentação da família.

Nesta região tão importante do estado sob o ponto de vista econômico, a pequena produção agrícola caracteriza-se pela presença de uma policultura que é bastante diversificada. Fato interessante a ser comentado é que nem todos os produtos agrícolas cultivados nessas pequenas propriedades são colocados no mercado para a venda.

Dentre os principais produtos comercializados pelas pequenas propriedades, verificamos que em termos percentuais é a farinha de mandioca que vem mantendo a liderança. Outros produtos são também comercializados como a laranja, fumo, jaca, manga, maracujá e caju totalizando 30%. O coco, produto agrícola mais típico de área litorânea e de ciclo vegetativo longo, é o quinto produto a se destacar na comercialização, atingindo uma cifra de 25%. Além desses produtos agrícolas sobressaem-se o feijão (45%), a banana (55%), o milho (30%), a macaxeira (7%) e em menor proporção o inhame que atinge apenas 2% em relação aos demais produtos comercializados.

Na versão dos camponeses, a venda da produção constitui-se sempre num problema. Isso advém da sua desinformação em relação aos preços praticados no mercado para os principais produtos, e das reais dificuldades financeiras que atravessam, pois, neste caso, nada podem fazer senão se sujeitarem ao capital, uma vez que não dispõem de condições para barganhar preços, estando na maioria das vezes em desvantagem em relação àquele que compra o seu produto, quer seja ele o intermediário ou mesmo a cooperativa sediada em Maruim. Precisando garantir a sua sobrevivência e a de sua família, têm necessária e obrigatoriamente que vender a produção obtida por um preço que muitas vezes está aquém de suas reais expectativas e dos custos para produzi-la.

O destino da produção comercializada segue vários direcionamentos sem no entanto depender do tipo de produto e da época em que é colocado à venda. Assim, verifica-se que 68% dos camponeses vendem seus produtos preferencialmente nos mesmos municípios que residem, principalmente a intermediários; 4% vendem para outros municípios canavieiros e 4% para os outros municípios do Estado.

Diante do exposto, constatamos que a comercialização processada entre o pequeno produtor e o intermediário geralmente é feita na própria propriedade. Além disso, os 68% de camponeses que vendem seus produtos a intermediários, caracterizam-se por possuir maiores áreas de terra. Segundo eles, o que explica a venda dos produtos via intermediários se resume na falta de tempo que não dispõem para comercializar seus produtos nas feiras livres, uma vez que também são responsáveis pelo trato da terra, e das dificuldades de transporte. Por outro lado, 26% dos pequenos produtores, aqueles com menor área, comercializam seus produtos nas feiras livres, vendendo portanto diretamente ao consumidor e obtendo com isso o capital necessário

a fim de manter acionado o processo produtivo. Neste sentido concordamos com ANDRADE[27] quando afirma que a venda direta ao consumidor é a melhor condição que o camponês dispõe para melhorar a sua renda e consequentemente o seu nível de vida. Assim, pelas informações obtidas dos camponeses, essa forma direta de venda ao consumidor lhe garante maiores lucros, principalmente por ser pequena a quantidade produzida.

Um aspecto importante a ressaltar, verificado pelas entrevistas realizadas com os pequenos produtores rurais, notadamente aqueles com propriedade de maior tamanho, é o desejo que estes têm de uma melhor organização para a comercialização dos seus produtos, haja vista estarem de certa forma insatisfeitos com a presença dos intermediários. Estes, nas declarações dos camponeses "... saem ganhando, pois com o nosso lucro". A presença do intermediário deixa-os frustrados, pois estes adquirem geralmente os produtos a preços irrisórios. Porém, mesmo insatisfeitos com o lucro que recebem continuam produzindo devido às suas necessidades.

Portanto, um outro aspecto a ressaltar é que, segundo os camponeses, não existe a participação do Governo nem na intermediação e nem na compra da produção. Dos 50 camponeses entrevistados, somente 2 afirmaram que, embora precariamente, vêm recebendo ajuda técnica de órgãos públicos como a EMATER/SE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Sergipe) que tem incentivado a produção.

3.5 - O USO DE TECNOLOGIAS MODERNAS E O CRÉDITO RURAL

A adoção da modernização da agricultura no espaço em questão não se processa da mesma forma nas diversas áreas, nem tampouco pelos diferentes cultivos e produtores. Se modernização implica em maior emprego de capital convertido em insumos, os produtos agrícolas comerciais serão os primeiros a aderir a ela, por suportarem maiores riscos e incertezas com o retorno do capital, enquanto que as chamadas "culturas de pobre", como são denominados os cultivos alimentícios, não têm condições de adotar as inovações por não suportarem os custos dos investimentos necessários.

Condicionada pela presença do capital, a modernização na referida zona só é possível de ser efetivada pelos grandes proprietários detentores do poder econômico e com maior facilidade de acesso aos financiamentos, ficando os pequenos proprietários com estas chances reduzidas, principalmente porque suas diminutas áreas não preenchem as exigências bancárias para garantir o financiamento.

Diante dessa situação, as constatações em campo mostram que na pequena produção ainda não se constata com intensidade o uso de tecnologias modernas. De fato, a difusão de tratores, o emprego de insumos industriais e científicos e outras práticas ainda estão aquém da pequena produção não capitalizada.

Do total de camponeses entrevistados, somente quatro manifestaram usar com mais freqüência os defensivos químicos, corretivos e tratores. Estes geralmente são alugados por dia de um amigo mais próximo ou mesmo de um latifundiário conhecido. É também comum a prestação de serviços numa grande propriedade em troca desse benefício. Como os fertilizantes químicos são menos onerosos, percebe-se que existe uma adoção maior (12%) por parte destes. A irrigação, quando utilizada, se processa manualmente e o adubo orgânico usado com mais freqüência é o estrume de boi, de ovelha, cabra, mamona e esterco de galinha.

A mecanização da pequena propriedade ainda é muito fraca e insuficiente, pois os dados mostram que 82% dos camponeses não dispõem sequer de recursos para fazê-la. Daí dizermos que na área predomina agricultura do tipo tradicional, característica da pequena propriedade e outra moderna, devido ao emprego de tecnologias novas, o que seria o caso das médias e grandes propriedades.

No que diz respeito à questão do crédito agrícola, percebe-se que no Brasil este sempre foi dirigido para beneficiar os grandes e médios proprietários, pois os camponeses, constituindo a grande maioria dos produtores rurais, partilham com menos de um quarto do total dos recursos destinados aos financiamentos agrícola. Assim sendo, o crédito é importante porque comanda a inovação, leva o progresso ao campo e é tido como sinônimo de modernização da agricultura, e certamente o capital no campo, penetrando via financiamento, priva de seus benefícios o grupo de produtores mais atrasados, mais necessitados.

As entrevistas realizadas com dirigentes bancários mostrou que os pequenos produtores rurais estão à margem do sistema creditício devido às exigências introduzidas com a operacionalidade do mesmo, onde uma delas estaria vinculada a garantia dos empréstimos.

Da leva de camponeses entrevistados, cerca de 26%, uma minoria, teve acesso ao sistema creditício bancário. Mesmo tomando conhecimento do jogo do governo, com tal iniciativa, existem aqueles que alimentam o desejo de terem acesso a financiamentos pensando inversamente que melhoraria suas condições de vida. Os que já tiveram acesso a esse sistema, quer seja na década de 70, quer na década de 80, manifestaram sua insatisfação quando assim se expressaram: "... quero trabalhar pra mim e não pros' outros", "...só o juros que a gente paga não compensa".

Os bancos mais procurados são o do Brasil, do Nordeste e Banese (Banco do Estado de Sergipe). A finalidade do financiamento é o custeio da lavoura envolvendo os cultivos de mandioca, maracujá, feijão e milho, e também da pecuária.

Finalizando, pode-se apreender que a correção monetária e os juros elevados dos empréstimos, de um lado, e a insegurança dos preços dos produtos do outro, fizeram com que o crédito agrícola perdesse a sua função social e modernizadora da agricultura praticada pelos pequenos produtores rurais, proprietários ou não de um pedaço de terra, contribuindo sobremaneira para o aumento da defasagem tecnológica entre a produção de subsistência e a produção comercializada.

3.6 - RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA CAMPONESA

A análise das relações de trabalho, isto é, das formas de apresentação das relações entre empregado e empregador, assume caráter de relevância, para a compreensão de determinados aspectos da sociedade, tais como a desigualdade na apropriação do produto, a dominação entre as classes e diferença de salários.

Assim, na zona canavieira em geral, predomina o trabalho assalariado fixo, caracterizado por uma relação de emprego permanente, e o temporário. Mas, tratando-se da pequena produção agrícola de subsistência, essa afirmação não exclui, entretanto, em alguns casos, a existência de formas combinadas de trabalho assalariado e não assalariado, reforçando a hipótese de que, muitas vezes, as formas não especificamente capitalista são desenvolvidas para manter um certo nível de mão-de-obra nas zonas rurais, diante dos crescentes estímulos para a emigração, pois não é difícil encontrar assalariados que simultaneamente sejam parceiros ou rendeiros, ou mesmo pequenos proprietários que necessitam de complementar sua renda.

As constatações em campo permitem mostrar que na pequena propriedade geralmente predomina o trabalho do tipo familiar, que é o mais comum nesse tipo de unidade econômica. Assim, a mão-de-obra familiar nela empregada é de fundamental importância para o seu próprio desenvolvimento e manutenção, até porque, aliado na maioria das vezes ao problema da produtividade e do pouco investimento em face das restrições de empréstimos bancários, não se tem sequer condições de contratar um empregado. E mesmo assim as que conseguem obter empregados em suas propriedades não atingem 1% do total pesquisado.

No que diz respeito à pequena produção, é muito comum verificar-se a ocorrência do trabalho familiar coletivo com pouca divisão do trabalho dentro da unidade produtiva. Embora neste tipo de unidade econômica seja o chefe da família a mola mestra

para condução das atividades, com maior autonomia na disposição de sua força de trabalho, em comparação ao assalariado, não se deve esquecer, sobretudo, a participação da mão-de-obra feminina que, em 1960, entre os membros remunerados da família perfez um total de 3.924, em 1970 de 3.288, e em 1980 5.702, sem levar em consideração, neste somatório, a colaboração do trabalho do menor, que diante das circunstâncias processadas no âmbito familiar torna-se uma constante na zona rural. Além disso, a colaboração de ambos no seio da propriedade familiar tem contribuído para uma menor produtividade do trabalho, apesar de suprir em parte a carência que tem este tipo de unidade de produção em contratar mão-de-obra de outras categorias de trabalhadores externos a ela.

Em termos quantitativos, é importante ressaltar que apesar da forte evidência do trabalho da criança na área, ele não é mais significativo do que o trabalho da mulher. A propósito do trabalho do menor, os dados obtidos através da aplicação dos questionários mostram que, geralmente, ele já começa a ser considerado um elemento ativo na família mais ou menos aos 7, 8 anos de idade, desenvolvendo um tipo de serviço mais leve e compatível com a sua força física de trabalho. Nos municípios canavieiros de Nossa Senhora das Dores, Pacatuba e Laranjeiras, dentre outros é corriqueiro verificar-se a participação ativa de menores nas casas de farinha, "descascando" a mandioca para o fabrico da farinha, ou mesmo ajudando na colheita da propriedade a qual faz parte.

Atrelados às poucas condições para se conseguir o suficiente à manutenção familiar, é comum alguns membros da família buscarem complementação de renda fora de sua propriedade, vindo no entanto, a favorecer o grande proprietário que mantendo um relacionamento de trabalho desigual e desonesto, passa a dispor de mão-de-obra barata e abundante principalmente na época de corte da cana ou do chamado "pique". Como os donos das fazendas e usinas não fazem questão de manter o trabalhador (volante ou bóia-fria) na propriedade, evitando, portanto, o vínculo empregatício e as obrigações trabalhistas determinadas por lei, no geral verifica-se que predomina o trabalho assalariado temporário muitas vezes contratado verbalmente.

Sobre essa questão, GUIMARÃES[28] coloca muito bem que a relação de trabalho volante, dada a sua natureza de trabalho por tarefa e agravada pelo desamparo legal, induz às mais variadas formas de exploração e aviltamento dos trabalhadores rurais, o que é bastante comum na realidade local. Os volantes obrigam-se a um trabalho estiolante, seja pela duração da jornada de trabalho, seja pela intensificação do ritmo da produção que se lhes impõem, seja, ainda, pelas condições precárias e penosas do transporte diário. A isto se alia todo um sistema de intermediação que implica em redução da remuneração dos trabalhadores. Além do mais, para manterem uma remuneração mínima necessária, os volantes se vêem na contingência de utilizarem a força de trabalho precoce das formas mais brutais de exploração do homem são típicas de épocas e situações em que coexistem dois fatores essenciais: o primeiro dele parte de uma superabundante mão-de-obra, em quantidade superior às possibilidades reais de emprego, e o segundo a existência de um proletariado rural desorganizado e desprotegido de um efetivo amparo legal.

Além disso, existem aqueles pequenos agricultores já cansados do tipo de serviço que realiza na zona rural, inclusive os mais esclarecidos, muitos deles atraídos pelos meios de comunicação existentes no campo, buscam complementar sua renda trabalhando na construção civil, principalmente, desenvolvendo serviço de ajudante de pedreiro. Geralmente, o deslocamento desses camponeses para exercer tal tipo de serviço, dá-se para a Capital, onde as possibilidades de absorção da sua mão-de-obra são maiores, ou mesmo para as sedes dos seus respectivos municípios. O comum, quando ocorre a impossibilidade do retorno diário, é a permanência do camponês nos seus respectivos locais de trabalho até o final de semana, quando ele retorna a sua casa para visitar a família. Esse tipo de trabalho, bastante rotineiro na referida área tem caráter periódico, pois, na concepção de alguns camponeses entrevistados, ele serve apenas para aliviar as dificuldades enfrentadas no âmbito familiar, quando na zona rural as condições não proporcionam melhores rendimentos.

Torna-se importante ressaltar que, em termos de relações indiretas de trabalho, aparece a parceria, muito embora não seja freqüente, geralmente sob a forma de meação. A forma mais comum de valorização indireta é o pagamento do uso da terra na formação de pastagem, fato explicável pela própria expansão da atividade pecuarista. De forma geral, o rendeiro recebe a terra destacada, encarrega-se de sementes e instrumentos agrícolas, comumente uma simples enxada, ficando com toda a produção (quase sempre apenas o suficiente para a precária subsistência familiar). Este sistema encontra-se disseminado em toda a área, e em nítida expansão, ao contrário da parceria e da renda de trabalho, pois esta forma não capitalista de relação de produção, ampliada pelo próprio capitalismo tem se apresentado como forma mais rentável para a expansão da pecuária.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conjuntural da área mostrou que os diversos aspectos da realidade do espaço local tem como gênese a organização da sociedade, que ali está assentada, traduzindo as condições de exploração econômica direcionada por fatores extra-regionais e como reflexo de um passado histórico ainda presente. Os baixos níveis de ocupação e renda, a carência de equipamentos essenciais traduzem muito bem a baixa qualidade de vida da população, principalmente a camponesa que muitas vezes, se não fosse pelos recursos da atividade informal, não teria condições de sobrevivência.

A atividade agrícola, se a considerarmos sob o ponto de vista da pequena produção, tem como característica o tradicionalismo, encontrando a modernização fortes obstáculos. Nas grandes propriedades vamos encontrar um tipo

de agricultura modernizada que difere da existente na pequena propriedade, pois, condicionada pela presença do capital, a modernização somente é possível de ser efetivada pelos grandes proprietários com estas chances reduzidas, muitas vezes porque suas diminutas áreas não preenchem as exigências bancárias para garantir o financiamento necessário. Diante disso, as constatações em campo mostraram que na pequena propriedade ainda não se constata com intensidade o uso de tecnologias modernas. A difusão de tratores, o emprego de insumos industriais e científicos, e outros indicadores que no conjunto mostram um certo grau de modernização na agricultura estão aquém da pequena produção familiar de subsistência.

Como nos dias atuais, na década de 60, já se verificava uma grande concentração da terra, na área, acelerada desde o primeiro quartel do Século, causada em grande parte pela manutenção das grandes propriedades e pela excessiva "fragmentação" das pequenas. A ocorrência desse fenômeno não é recente na zona canavieira, pois um mergulho no tempo nos faz constatar que as razões de sua existência jazem desde os primórdios quando do processo de ocupação da área aí implantando a cultura da cana-de-açúcar que favoreceu o latifúndio, e o latifúndio, por sua vez, na referida zona acarretou a total inibição do desenvolvimento de culturas adicionais, mesmo das ligadas à sobrevivência, não somente do camponês, mas da população em geral. Diante disso, sem medo de termos feito uma análise distorcida da realidade rural da zona canavieira, afirmamos que o cultivo da cana-de-açúcar se processou num regime de "autofagia" onde a cana devora tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, dissolvendo o húmus do solo, aniquilando assim, as pequenas culturas e o próprio capital humano.

Assim, quando se verifica o quadro geral do comportamento das propriedades na zona canavieira no período 1960/70, nota-se que há um reforço das categorias como unidades produtivas, pois presenciamos em 8 municípios um acentuado aumento no número e área dos estabelecimentos, com redução de áreas somente para os municípios de Laranjeiras e Muribeca. As mudanças neste período foram bastante diversificadas, algo que se evidenciou também no decênio 1970/80.

Além disso, verificamos também um discreto processo de redução dos estabelecimentos agrícolas de até 20ha, e sobretudo nos de 10 a menos de 20ha que se reduziram em número de estabelecimentos e área. No período de 1970/80 verificamos um esvaziamento da categoria como unidade produtiva, com redução tanto em número quanto em área dos estabelecimentos entre 50 e 1.000ha que reforçam os estabelecimentos de mais de 1.000ha.

Neste sentido, verificamos que no geral, é o pequeno produtor agrícola a única vítima de fragmentação da propriedade da terra, pelo menos a realidade local e a brasileira têm mostrado isso. Os números detectam a existência de um lavrador proprietário para um não proprietário de terra. Retratando dessa forma o caso típico

das propriedades com menos de 10ha, que representam mais da metade das unidades de produção do país; temos a amostra configurada na proporção de um lavrador proprietário para cada um terço de lavradores não proprietários. Essa realidade traz como conseqüência imediata a luta dos lavradores sem terra que só poderão adquiri-la sob duas formas ou opções: pagando pela sua aquisição, ou invadindo-as.

Assim, o espaço em questão possui uma estrutura subjacente altamente concentrada, com mecanismos que visam à produção e à reprodução dessa mesma estrutura e que são poderosos na explicação da realidade existente. É uma estrutura que se baseia na concentração da terra em mão de poucos proprietários, numa distribuição de renda extremamente desigual, numa organização urbana desarticulada que privilegia certas porções do espaço em termos de oferta de serviços e emprego.

5 - NOTAS

1 *Vale ressaltar nesta passagem o interessante trabalho de Hugo Rodolfo LOVISOLO (1983 : 35) que, utilizando a aproximação antropológica e uma etnografia comparativa, busca compreender como a especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e em outros países determina, por um lado, a permanência e a reprodução da unidade familiar, e por outro lado, uma diferenciação não clássica entre as unidades. Busca também encontrar mecanismos e orientações das unidades familiares que possibilitam a atuação dos determinantes do desenvolvimento capitalista, provocando uma diferenciação entre elas.*

2 *Repensando a agricultura brasileira, Graziano Neto procurou mostrar o engodo da chamada "Modernização da Agricultura". Para ele uma falácia que interessa apenas a uns grupos econômicos que buscam a valorização de seus capitais. Além de acarretar problemas econômicos, sociais e políticos sabe-se que tal modernização é ainda responsável por inúmeros problemas ecológicos. Sobre o assunto ver: Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura. São Paulo, Ed. Brasiliense, Primeiros Vôos, 3.ª ed., 1986, pp. 17-126.*

3 *AMIN, Samir, A Questão Agrária e o Capitalismo, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2.ª ed., 1977 p. 113.*

4 *Buscando características do campesinato, do camponês e da agricultura camponesa nas formações sócio-econômicas, ora predominantemente escravista, ora predominantemente feudal. Carvalho construiu tipos concretos e comparou-os com os tipos*

rurais estudados no Brasil. O seu estudo identifica a origem do campesinato no nosso País e analisa suas múltiplas facetas desde a colonização, escravidão até a situação atual; coloca ainda as opções dessa categoria social e mostra a tendência desta mediante a penetração do capitalismo no campo. Sobre o assunto ver: Camponeses no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 51.

5 *CARVALHO, Op. CIT., p. 46.*

6 *GERARDI, Lúcia H. de O. e SILVA, Bárbara C. N., Quantificação em Geografia, São Paulo, Difel, 1983, p. 20.*

7 *ALMEIDA, M. da G. Santana, "Uma Unidade Açucareira em Sergipe - O Engenho Pedras", São Paulo, Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 1976, p. 511.*

8 *ALMEIDA, Op. Cit., p. 512.*

9 *OLIVEIRA, Op. Cit., p. 22.*

10 *ALMEIDA, M. da G. Santana, "Estrutura de Produção: A crise de Alimentos Na Província de Sergipe (1855 - 1860)", Sergipe, Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n.º 27, 1978, p. 18.*

11 *ALMEIDA, Op. Cit., p. 18.*

12 *No entender de ALMEIDA (1970:20) muita cana também se plantava em unidades agrícolas chamadas sítios, e grande produção era levada para as fábricas de açúcar dos engenhos vizinhos.*

13 *NUNES, Maria Thétis, Sergipe Colonial I, Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, p. 113.*

14 *NUNES, Op. Cit., p. 113.*

15 *Ibid.*

16 *SALOMÃO, Lilian da F., As Sesmarias de Sergipe Del Rey, Rio de Janeiro, UFJR, Dissertação de Mestrado, 1981, p. 115.*

17 *ALMEIDA, Op. Cit., 1976, p. 519.*

18 *SALOMÃO, Op. Cit., p. 115.*

19 *ALMEIDA, Op. Cit., 1978, pp. 21-22.*

20 *ALMEIDA, M. da G. Santana de , Sergipe: Fundamentos de uma Economia Dependente, Petrópolis, Vozes, 1934, p. 198.*

21 *ANDRADE, Manuel C. de, Áreas do Sistema Canavieiro, Recife. Série Estudos Regionais, 1988, p. 399.*

22 *MARTINS, Cecília M. P., "Transformação da Agricultura em Maruim,: Contribuição à Geografia Agrária do Estado de Sergipe", Rio Claro, Dissertação de Mestrado, 1982, p. 48.*

23 *CONDESE/CEPA-SE, Plano Anual do Setor Agrícola, Aracaju, 1977.*

24 *SANTOS, Marleide Maria, "O Processo de Pecuarização no Estado de Sergipe", Geografia 1, Série de Iniciação à Pesquisa, Aracaju, UFS, 1982.*

25 *ANDRADE, Manuel C. de, Op. Cit., p. 451.*

26 *ANDRADE, José Augusto, O Município de Moita Bonita/SE e a Pequena Produção Camponesa, Aracaju, Dissertação de Mestrado, 1991, p. 159.*

27 *Ibid, p. 161.*

28 *GUIMARÃES, Alberto Passos, A Crise Agrária, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 288-9.*

RÉSUMÉ

L' Agriculture de subsistence et le travail familier de petits produteurs ruraux de la zone ou l'on cultive de la conne à sucrrre an Sergipe ont pour but général étudier le comportement de petits villages paysans ayant jusqu' à 50 hectares d'extension dans la tradicionelle zona de canne à sucre de l'Etat du Sergipe dès 1960. D'après cette perspective et le fait de donner la priorité à des aspects importants de l'activité campagnarde locale, nouns avons décide d'approfondir l'étude de certaines caractéristiques "internes" à ce type d'économie, telles que: le travail et la proprieté de terrains agricoles, l'orgasnisation et la conscientisation du travailleur rural, le crédit rural et la commercialisation des produits alimentaires excedants, les aspirations et les intentions de l'homme paysan, ainsi que les aspects concernants à ses conditions de vie les principales actions politiques agricoles appliquées à la campagne.